

As polêmicas propostas de Mestrinho

por Thomas Kamm
do The Wall-Street Journal.

Gilberto Mestrinho gostaria que todos aqueles corações solidários dos que se preocupam com o destino da floresta amazônica cuidassem da sua própria vida e lhe dessem sossego, para que ele curta o seu trabalho.

"Eu não dou palpites sobre a maneira como os italianos tratam os ciganos ou como os americanos tratam os índios", diz ele. "Eles não me consultaram antes de jogar a bomba atômica ou o agente laranja no Vietnã."

Esse discurso agressivo foi proferido por ninguém menos do que o governador do Estado do Amazonas, maior estado brasileiro, onde se localiza grande parte da floresta amazônica. E, embora ele não pretenda destruir a floresta, tem planos que não vão agradar aos ambientalistas. "Sou contra esse negócio de a Amazônia ser intocável", diz ele.

No momento em que o governo brasileiro, por muito tempo considerado um vilão ambiental, tenta recuperar a sua imagem ao se preparar para hospedar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), é desafiado pela voz dissonante que vem da Amazônia. Desde que assumiu o poder, pela terceira vez, no começo deste ano, o mal-humorado Mestrinho, de 63 anos, um homem baixo, quase careca, com um bigode à la Clark Gable, comprou alegremente uma briga com os preservacionistas do mundo inteiro, aos quais acusa de ignorância e intromissão. Agora ele está se aproximando do ponto culminante, em que tenta obter de seus colegas dos oito outros estados que formam a Amazônia brasileira o endosso à sua visão de desenvolvimento sustentado, sacramentando-a num assim chamado Código Amazônico, que será submetido ao Congresso Nacional.

"Eu não fui eleito pelas árvores", diz o governador

O Código basicamente permitiria a exploração de quaisquer dos recursos da



Gilberto Mestrinho

região, animais, vegetais ou minerais, desde que respeitadas as normas de proteção ambiental. As empresas mineradoras poderiam operar em reservas indígenas em troca do pagamento de "royalties". A caça predatória de espécies como os jacarés seria permitida, assim como certos tipos de desmatamentos. As reservas indígenas seriam reduzidas. A responsabilidade pelo policiamento da região e pela punição aos transgressores seria transferida do âmbito federal para os governos estaduais.

"Não aceito que sejamos reduzidos a macacos de circo", disse Mestrinho numa entrevista. Ao pressionar pela preservação da Amazônia, acrescenta ele, os ecologistas "estão criando as condições para a expulsão do homem da Amazônia. Ele não pode explorar a floresta, não pode pescar, não pode caçar e não pode extrair os recursos minerais do solo. O que ele pode fazer? Há algo de errado nisso".

Muitos brasileiros pensam que há algo de errado com o que pensa Mestrinho. Tânia Munhoz, presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), qualifica o código proposto de "lamentável e inoportuno". Carlos Nobre, um cientista brasileiro, diz que ele é "uma carta branca para a destruição total e irrestrita da Amazônia." O jornal diário O Globo tachou-o de uma "coleção de absurdos". Até mesmo um colega, governador do estado amazônico do Acre, Edmundo Pinto, disse que o projeto poderia converter a região no "império da motosserra".

Mas a polêmica que foi levantada desde que o código veio à tona, há cerca de três meses, revela a força da reação desenvolvida no Brasil contra a preocupação mundial com a Amazô-

nia, cuja imensa e densa área tornou-se conhecida como pulmão do mundo.

Philip Fearnside, pesquisador norte-americano, professor do Departamento de Ecologia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), diz: "Mestrinho tem uma longa história de fazer coisas que parecem inacreditáveis para o mundo exterior, mas ele ganha pontos ao indignar-se, sob a alegação de que o mundo está tentando tirar a Amazônia do Brasil. Ele é visto como um defensor da Amazônia contra a sanha de Brasília e dos estrangeiros".

Acrescenta Silvio Magalhães Barros, presidente da empresa de turismo do Estado do Amazonas: "O conteúdo do Código Amazônico é um pesadelo para os ecologistas, mas eles são um pesadelo para o povo da Amazônia. Eles só querem falar de pássaros e árvores, mas não dizem nada sobre o povo que está sofrendo".

Código prevê fiscalização da floresta pelos estados

Mestrinho esteve no centro da polêmica por boa parte de suas três décadas de carreira política. Em 1964, quando era parlamentar, teve o seu mandato cassado por suspeita de corrupção, mas nada foi provado contra ele. Na visão dos seus partidários, Mestrinho é um defensor incansável dos interesses do povo amazônico, cuja existência está ameaçada pelo radicalismo ambientalista.

"Mestrinho é o maior lutador que eu já vi", diz Otto Fleck, diretor executivo da Federação da Indústria do Estado do Amazonas. Alguns concordam que ele é arrogante às vezes, mas dizem que essa é a única maneira pela qual ele se faz ouvir. Para os seus críticos, Mestrinho é um oportunista, um político populista que usa o povo da Amazônia para defender os interesses da mineração e de outras empresas, acusadas de terem contribuído para a sua campanha.

Nas entrelinhas do Código Amazônico estão os interesses das mineradoras", acusa o escritor Márcio Souza. "Ele levanta a

bandeira da intervenção estrangeira para defender os seus interesses pessoais."

Mestrinho nega que tenha quaisquer vínculos com as mineradoras e ressalta, diante dos críticos, que ele foi três vezes eleito governador. "Eu não fui eleito pelas árvores", diz ele. "Eu fui eleito pelo povo."

Na sua opinião, os ambientalistas estão sendo manipulados pelos interesses econômicos que não querem enfrentar a concorrência dos minerais, da madeira e das peles de animais da Amazônia. "Se fosse encontrado ouro aqui, isso ameaçaria poderosos interesses da África do Sul ou da União Soviética", diz ele. "Assim, esses grupos defendem a intocabilidade da Amazônia e influenciam a orientação dos governos e do Congresso."

Ele não entende por que os índios Yanomami, que, segundo diz, somam apenas 3.630 pessoas — quase três vezes menos do que o cálculo do governo —, precisam de uma reserva de 9,3 milhões de hectares. "Mesmo se andassem de jipe, eles não conseguiriam, durante toda a sua vida, conhecer toda a reserva, de tão grande que é", disse ele à revista Veja. Da mesma forma, diz ele, por que os jacarés não podem ser caçados no Brasil, se são capturados em outros lugares?

Mestrinho diz haver "uma boa dose de hipocrisia" no movimento ambientalista, uma vez que a poluição mais prejudicial é produzida pelos carros do mundo desenvolvido, e pouco se faz para controlá-la. Ele sustenta que a Amazônia pode ser conservada ao mesmo tempo que for sendo desenvolvida, e que seu estado é o que menos agrediu a floresta.

Se o seu código vai ter algum resultado, ainda é incerto. Fábio Feldmann, um dos principais deputados pró-ambientalistas, assegura que o Congresso não deverá aprovar o código. Mesmo se vier a fazer isso, diz ele, os ambientalistas que Mestrinho está agredindo com o seu código têm boas chances de ter a última palavra.

"Duvido que ele seja capaz de colocar os produtos amazônicos no mercado", diz ele. "A pressão internacional sobre o Brasil seria tão forte que isso seria contraproducente."

(*) Reproduzido do The Wall Street Journal. Copyright (1991) Dow Jones and Company Inc. Todos os direitos reservados no mundo.